

Revista Iberoamericana de Turismo



Um percurso pela Filosofia Prática e História das Ciências sobre a constituição dos zoológicos como espaços de lazer e de musealização científica¹

Alan Curcino Pedreira da Silva

Doutorando pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Brasil, com Estágio Doutoral pelo Programa de Doutorado em História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, Portugal; Professor da Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

E-mail: alancurcino@hotmail.com

Maria de Fátima Nunes

Doutora em História da Cultura Moderna e Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal; Professora Catedrática da Universidade de Évora, Portugal; Diretora do Programa de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, Portugal.

E-mail: mfn@uevora.pt

Marconi José Pimentel Pequeno

Doutor em Filosofia pela *Université de Strasbourg*, França, com Pós-Doutorado pela *Université de Montreal*, Canadá, e pela *Université de Paris X – Nanterre*, França; Professor da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: marconip@bol.com.br

Resumo

Este artigo trata da constituição dos zoológicos como espaços de lazer e de musealização científica, utilizando-se, como recurso metodológico, um percurso por entre os campos da Filosofia Prática e da História das Ciências. Parte da origem e evolução da relação entre o homem e os demais animais, sob dimensões culturais, ético-políticas e de direitos dos animais, para descrever a história da formação dos zoológicos numa perspectiva mundial. Dos primeiros zoológicos da antiguidade aos zoológicos contemporâneos, a compreensão e as práticas dos zoológicos como museus de ciência são determinadas através do reconhecimento dos zoológicos como espaços privilegiados de poder e educação ao longo da história. Na atualidade, destaca-se a dimensão conservacionista dos zoológicos aliada à utilização do desenvolvimento da ciência e da tecnologia em prol da popularização de conhecimentos advindos destes espaços, como espaços de (in)formação e lazer. Conclui que as implicações culturais, ético-políticas e de direitos dos animais atuais exigem novos caminhos e discussões em face das ações relacionadas aos zoológicos e suas novas concepções no

¹ Este artigo tem origem na investigação de tese de doutoramento do primeiro autor sob a supervisão acadêmica dos demais.

século XXI para além de zoológicos de animais, includentes de possibilidades para vida humana, vida artificial e alienígena.

Palavras-chave: zoológico; museu científico; filosofia prática; história das ciências.

1 UMA INTRODUÇÃO PARA ALÉM DO FASCÍNIO DOS ZOOLOGICOS

O que atrai e fascina uma família a visitar um zoológico em alguma manhã de fim-de-semana? Ao se tentar responder esta pergunta, há que se analisar o muito por trás das emoções que levam a existência dos zoológicos e a atração e o fascínio das pessoas. Mesmo a possibilidade nos dias atuais de uma visitação por um público comum não seria algo aceitável ou mesmo possível em tempos passados.

Muito mais que entretenimento, curiosidade, espanto e admiração, os zoológicos refletem uma história de poder, na relação do homem com a natureza – mais especificamente com os animais² –, e do homem para com o próprio homem. Não sem motivo, Edgar Morin escreveu:

Desde a origem, a subjugação da natureza retroage de modo complexo sobre o devir da humanidade. A domesticação do fogo domesticou o homem, criando-lhe um lar; barbarizou-o convidando-o a destruir pelo fogo. A subjugação das turbulências e das explosões permitiu civilizar enormes forças motrizes selvagens, aumentou a turbulência explosiva da história humana e criou condições para uma autodestruição generalizada. A cultura das plantas culturizou o homem criando a vida rural e urbana, fê-lo perder a rica cultura arcaica dos caçadores-coletores nômadas. A subjugação do mundo animal criou os modelos da subjugação do homem pelo homem. (MORIN, 1977, p. 229)

Da domesticação de animais ao controle (ou tentativa) da vida selvagem, disponibilizando-os para públicos elitistas até a massa popular – o cidadão comum –, os zoológicos acabaram por ser compreendidos como verdadeiramente *loci* de conhecimento, centros de ciência e educação. A concepção de suas coleções zoológicas, sempre associadas a outras coleções – botânicas, geológicas, por exemplo – possibilitam o seu entendimento como espaços privilegiados de preservação animal e reprodução parcial dos seus *habitats* naturais, ampliando a sua utilização de visitação para investigação científica. Daí a origem da expressão “jardim zoológico” – jardim como reprodução dos referidos *habitats* incluindo exemplares importantes de outras coleções, notadamente as botânicas.

Com o desenvolvimento científico a partir do século XVIII, os zoológicos evoluíram, portanto, de espaços de exposição e lazer para espaços múltiplos ao serviço da sociedade, da ciência, da preservação animal e da educação.

E pela característica especial de colecionismo dos zoológicos, como espaços múltiplos, os mesmos ainda se revertem em espaços museais, seguindo o conceito do *International Council of Museums*, como instituições permanentes ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público e que adquirem, conservam, investigam, difundem e expõem os animais como testemunhos materiais da evolução da natureza, do entorno humano, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer. Dessa forma, indubitavelmente para este organismo internacional, as instituições que abrigam

² Neste artigo, o ser humano é considerado também um animal, distinguindo-se dos demais pelo uso da razão. Contudo, para fins redacionais, quando utilizado o termo animal, entenda-se aqui animal não humano ou os irracionais.

espécimes vivos de animais e plantas, como os jardins zoológicos e botânicos, aquários e viveiros, são museus (ICOM, 2014).

Obviamente a evolução histórica dos zoológicos esbarra em questões ético-políticas importantes de Filosofia Prática, na relação, como apontado, do homem, do animal, e do retorno ao próprio homem. A ciência, por sua vez, não só acelerou o processo de justificação e utilização das coleções zoológicas, mas também permitiu à humanidade, através de sua universalização e público entendimento, questionar estas tais justificação e utilização. Parafraseando Nicolau Maquiavel, nem sempre os fins possibilitaram justificar os meios.

Nessa perspectiva, surgem ao longo da História, intensificando-se na contemporaneidade, movimentos em prol dos animais e vida selvagem.

Nesse percurso, o respeito à vida animal se fortalece como pensamento, discurso e prática a partir da expansão ou multiplicação dos direitos humanos como uma tendência mundial, que se refere, conforme Giuseppe Tosi (2012), ao aumento da quantidade de bens considerados de defesa necessária, como a natureza e o meio ambiente, além da identidade cultural dos povos e das minorias, o direito à informação, à imagem, à comunicação. Na multiplicação dos direitos humanos surgem os direitos dos animais e sobre estes últimos direitos o debate da necessidade e função dos zoológicos.

Contudo, há uma situação curiosa. De modo quase unânime, os zoológicos, quando tomadas cautelas de preservação e respeito à vida animal, por vezes são deslocados dos debates de movimentos sociais contra o aprisionamento e uso de animais, obviamente com exceções, reconhecendo-se a importância de suas funções em face dos direitos dos animais, favorecendo-os.

A adjetivação científica das instituições zoológicas contribui a este favorecimento. Daí, o seu reconhecimento como museus ou centros de ciência. Há de se ressaltar, no entanto, que as referidas cautelas incluem toda uma observância às normatizações e legislações locais, nacionais e internacionais. Os zoológicos não estão alheios às ações de exigências ético-políticas.

Para exemplificar esta complexa imbricação dos zoológicos com a ordem social, vale ressaltar aqui duas matérias recentes de denúncia da mídia internacional que foram amplamente veiculadas acerca justamente dos limites para constituição e existência de zoológicos.

A primeira se refere ao zoológico particular do presidente recém destituído da Ucrânia em 22 de fevereiro de 2014, Viktor Yanukovich, como parte de sua suntuosa residência de campo, localizada no complexo murado conhecido como Mezhyhirya, acerca de 15 km da capital Kiev. Enquanto a população ucraniana vivia em estado de violência, o deposto presidente, como antigos reis e príncipes, possuía uma opulente coleção zoológica particular. Os portões de sua casa de campo foram abertos para visita pública na semana que se seguiu à sua deposição, permitindo que milhares de ucranianos revoltados descobrissem um zoológico anexo a edifícios luxuosos com um canal artificial, que incluía animais selvagens, além de réplicas de ruínas gregas, com estátuas em mármore, lagoas com fontes, um campo de tênis e um campo de golfe (BBC BRASIL, 2014).

Em outro continente, na Indonésia, o Zoológico Municipal de Surabaya é considerado o pior zoológico do mundo, reconhecido pela imprensa internacional como “zoológico da morte”:

Um tigre branco, magro e desnutrido, morreu de pneumonia em meados de fevereiro. Um leão morreu por asfixia em janeiro, quando seu pescoço se prendeu no cabo que abria e fechava a porta de sua jaula. Mais de 100 outros animais morreram desde o último verão, incluindo

um raro dragão-de-komodo encontrado morto em fevereiro. O zoológico municipal em Surabaya, segunda maior cidade da Indonésia (a primeira é Jacarta), é um dos maiores da Ásia, com 3.450 animais em 15 hectares de terreno. Mas a imprensa indonésia passou a chamá-lo de "zoológico da morte", e ele se tornou um para-raios para críticos do mundo todo – enquanto um debate acirrado tenta apontar os responsáveis pelas mortes dos animais. Petições online pedindo o fechamento do zoológico atraíram centenas de milhares de assinaturas do mundo todo. "A melhor opção é fechar este zoológico", declarou Ashley Frunco da People for the Ethical Treatment of Animals, organização para a qual todos os zoológicos são desumanos. "Simplesmente não existe motivo para ele permanecer aberto". O grupo mobilizou 80 mil voluntários globalmente para escrever ao governo indonésio a respeito. Até mesmo as pessoas que veem [sic] um papel positivo para os zoológicos, como proteger espécies ameaçadas e educar o público, têm preocupações sobre o de Surabaya. Exceto por zoológicos em zonas de guerra, ele é "provavelmente o pior caso de um zoológico com animais morrendo, em qualquer lugar do mundo nos últimos anos", afirmou Cybele Foxcroft, diretora do Conservativo and Environmental Educativo 4 Life, grupo australiano sem fins lucrativos que começou a assessorar o Zoológico de Surabaya. (BRADSHER, 2014)

Como zoológicos podem gerar tamanha perplexidade e comoção social? As respostas podem advir do que advertiu Morin quando salientou a subjugação do mundo animal e os modelos, gerados a partir desta primeira subjugação, da subjugação do homem pelo homem. Percebe-se, assim, o quão o mundo animal é "objeto digno de causar emoção", na dependência de variáveis culturais e suscetibilidade dos indivíduos (PEQUENO, 2002, 2010). Compreender a construção do zoológico na História, culminando em uma instituição museológica científica, torna-se importante nesse percurso.

Este é o objetivo do artigo ora apresentado, uma discussão dos zoológicos como espaços de musealização científica, utilizando-se, como recurso metodológico, um percurso por entre os campos da Filosofia Prática e da História da Ciência.

2 O HOMEM E O ANIMAL: ORIGENS E EVOLUÇÃO DE UMA RELAÇÃO

Peter Singer (2002) nos lembra que as ações ocidentais sobre a natureza são uma mescla antropocêntrica herdada dos hebreus, como se encontra registrado nos primeiros livros da Bíblia, somada à Filosofia Antiga, principalmente a aristotélica. Daí, comenta:

Ao contrário de outras tradições da Antiguidade, como, por exemplo, a da Índia, as tradições hebraicas e gregas fizeram do homem o centro do universo moral: na verdade, não apenas o centro, mas, quase sempre, a totalidade das características moralmente significativas deste mundo. (SINGER, 2002, p. 280-281)

Disse Aristóteles, em sua *Política*, 350 a.C.: "As plantas foram criadas por causa dos animais e os animais por causa do homem" (ARISTÓTELES, 1985).

Eis que o Deus do povo hebreu anunciou: "Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a, e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu, e sobre todos os animais que movem sobre a terra" (BÍBLIA SAGRADA, Gênesis, 1:28).

Não diferente escreveu Santo Agostinho, em a *Cidade de Deus*, livro 1, cap. 20: "Por justíssima ordenação do Criador, a vida e a morte das plantas e dos animais está subordinada ao homem" (AGOSTINHO, 2000).

Para Tomás de Aquino, a razão deve ser orientada pela fé para que se aja por bons sentimentos através do amor de Deus. E nas suas ações, o homem deve preocupar-se em não pecar somente contra Deus, contra nós mesmos ou contra os nossos semelhantes (SINGER, 2002). Não há possibilidade alguma de emoção, envolvimento, sentimento de culpa, para com os animais. "Tomás de Aquino restabelece o conceito de E. [emoção] como afeição, como modificação sofrida, relacionando-a com o aspecto da alma no qual ela é potencialidade e pode receber ou sofrer uma ação" (ABBAGNANO, 2007, p. 304).

O caso é que durante muito tempo, sem questionamentos, as ações humanas foram justificadas por tal afeição sem atenção aos animais.

Para Singer (2002, p. 281), assim, "a implicação é clara: agir de modo a provocar medo e terror em todas as criaturas [...]". Seria uma máxima de subjugação para além da sobrevivência. Munir-se do sentimento de poder, para subjugação, utilitarismo, provocando medo e terror.

Sendo assim, a idéia do mundo da natureza existir para benefício do homem se propagou na afirmação de que "Os seres humanos são únicos membros moralmente importantes deste mundo" (SINGER, 2002, p. 281), isto por serem dotados de valor intrínseco pelo simples fato de sua existência. E, por consequência, os animais se apresentam pelo seu valor instrumental, o de utilidade humana (para servir de alimentação, para sua domesticação, para utilização de sua força, para entretenimento, etc.), sem a negação de que há aí a presença das emoções humanas revelando tal valor, pois, para Michael Stocker (2002, p. 86), as emoções possuem "uma vital importância avaliadora e moral".

Até na cultura oriental é possível encontrar o sagrado mesclado com o utilitarismo: emoção e valor instrumental. Marvin Harris (1985) realizou um estudo antropológico acerca do tabu da vaca na Índia e alimentação. Partiu do princípio da vaca como animal sagrado. A dor pela morte de uma vaca na Índia causa um luto coletivo. Se por um lado as emoções incidem sobre a fé e a religião, por outro lado o valor da vaca se demonstra racionalmente compreensível pela extrema importância da garantia de sua vida em face de sua morte para consumo da carne. Isto porque viva a vaca garante o leite, o adubo e o arado da terra, dentre outros benefícios para aqueles que principalmente beiram à extrema pobreza, classificados na sociedade indiana como castas inferiores.

Por extensão, seria outra face do utilitarismo a criação de animais de estimação? Esta é uma ação humana que, reconhecidamente pela Psicologia e Psicanálise, pode chegar a uma significativa transferência de sentimentos ao animal, garantindo-lhe *status* de "melhor amigo do homem" até "membro da família" que o tenha "adotado". Como consequência, encontramos casas de adoção de animais de estimação até cemitérios de animais de estimação, como o localizado no Zoológico de Lisboa, criado em 1934 (ZOOLOGICO DE LISBOA, 2014).

Não sem motivo e, talvez, a partir desses sentimentos, Voltaire tenha escrito o verbete "Irracionais" em seu Dicionário Filosófico contra a ideia cartesiana de animal máquina difundida em sua época:

Que ingenuidade, que pobreza de espírito, dizer que os irracionais são máquinas privadas de conhecimento e sentimento, que procedem sempre da mesma maneira, que nada aprendem, nada aperfeiçoam!
Então aquela ave que faz seu ninho em semicírculo quando o encaixa numa parede, em quarto de círculo quando o engasta num ângulo e em

círculo quando o pendura numa árvore, procede aquela ave sempre da mesma maneira? Esse cão de caça que disciplinaste não sabe mais agora do que antes de tuas lições? O canário a que ensinas uma ária, repete-a ele no mesmo instante? Não levas um tempo considerável em ensiná-lo? Não vês como ele erra e se corrige?

Será porque falo que julgas que tenho sentimento, memória, idéias? Pois bem, calo-me. Vês-me entrar em casa aflito, procurar um papel com inquietude, abrir a escrivaninha, onde me lembra tê-lo guardado, encontrá-lo, lê-lo com alegria. Percebes que experimentei os sentimentos de aflição e prazer, que tenho memória e conhecimento.

Vê com os mesmos olhos esse cão que perdeu o amo e procura-o por toda parte com ganidos dolorosos, entra em casa agitado, inquieto, desce e sobe e vai de aposento em aposento e enfim encontra no gabinete o ente amado, a quem manifesta sua alegria pela ternura dos ladridos, com saltos e carícias.

Bárbaros agarram esse cão, que tão prodigiosamente vence o homem em amizade, pregam-no em cima de uma mesa e dissecam-no vivo para mostrar-te suas veias mesaraicas. Descobres nele todos os mesmos órgãos de sentimento de que te gabas. Responde-me, maquinista, teria a natureza entrosado nesse animal todos os elatérios do sentimento sem objetivo algum? Terá nervos para ser insensível? (VOLTAIRE, 2012)

Diversos autores atribuem a Charles Darwin (2000) o papel de precursor do estudo científico das emoções, através da publicação de seu livro *A expressão das emoções no homem e no animal*, publicado em 1872. A partir de Darwin, o fator emocional humano e suas formas de expressão revelam resíduos de instintos ancestrais, caracteres animais, reflexos da evolução sob adaptação ao meio (PEQUENO, 2002; 2010).

Como indica Singer (2002, p. 293), por mais terrível que seja a tradição ocidental antropocêntrica, “ela não exclui o cuidado com a preservação da natureza, na medida em que esse cuidado esteja associado ao bem-estar humano”.

Nesse contexto, aparece Luc Ferry, preocupado com a compreensão e os fundamentos ideológicos do discurso ecológico e, por consequência, com a implementação de políticas ambientais que retornam intervenientes nas próprias ações humanas. E diante de sua preocupação, questiona: “Como articular tradição e liberdade, preocupação natural e cultura humanística?” (FERRY, 2009, p. 63)

Em meio à realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou simplesmente “Rio 92 e o Fórum Global”, importante arena política realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, Ferry publica *A Nova Ordem Ecológica*, com subtítulo *A árvore, o animal e o homem*, pautando-se justamente nos termos antropocentrismo, zoocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo, tendo como parâmetro a atribuição de valor intrínseco ora ao humano, ora ao não-humano, ora aos dois, implicando aí os seus conflitos.

De início, Ferry (2009) realiza uma retrospectiva histórica de conflitos entre o homem e a natureza. Retoma o tempo dos tribunais clericais franceses do século XVI para objetivar a questão do papel legal da natureza, isto é, do seu reconhecimento como sujeito jurídico. Daquele tempo há registros de processos judiciais movidos por comunidades agrícolas contra pragas animais, dotadas de existência legal, com direito a defesa e sentença: escaravelhos, gorgulhos, larvas, sanguessugas, besouros, ratos. Compaixão e justiça para com a natureza.

Para Ferry (2009), tal antigo direito dos animais, aparentemente caricato, ganha grande atualidade quando confrontado com a necessidade legal atual de conferir direitos à

natureza para protegê-la da tão frequente ação destrutiva humana. Algo que hoje só é possível pela racionalidade subsidiada historicamente por uma sensibilidade evoluída na influência da percepção humana dos animais.

Desde a negação do “animal máquina” exposto por René Descartes, defendendo-o como ser sensível e com direitos, na esteira de Pierre Louis Moreau de Maupertuis, René-Antoine Ferchault de Réaumur e Étienne Bonnot de Condillac, culminando na Declaração dos Direitos do Animal de André Géraud em 1924, após a experiência anglo-saxônica da Lei Grammont de 1822, punitiva dos maus tratos públicos a animais, e da fundação da Sociedade Protetora dos Animais, por William Wilberforce e Thomas Fowell Buxton em 1824, instauram-se os fundamentos do anti-especismo defendido por Singer, entre outros, numa lógica de continuidade entre o homem e o animal e de valorização da capacidade de sentir dor e prazer para uma distinção mais adequada entre os seres.

Para Ferry:

são *as idéias evocadas* pela natureza que dão a ela todo o seu preço. Sem elas, nós não atribuiríamos o menor valor ao mundo objetivo. Bem mais: é porque a natureza frequentemente contraria tais idéias, por ela ser também geradora de violência e de morte, é que nós lhe retiramos na mesma hora o valor que lhe atribuíamos um instante antes, quando ela nos parecia bela, harmoniosa, ou mesmo, no animal, inteligente e afetuosa (FERRY, 2009, p. 237).

Ferry ressalta a implementação de políticas de proteção da natureza implementadas pelo Nazismo, em que o eco-romantismo das utópicas riquezas naturais da Alemanha foi utilizado com fundamento para a surpreendente preocupação de se impedir a tortura e o sofrimento dos animais, em total discrepância com as ações do holocausto. Nesse caso, um paradoxal sentimento coletivizado de compaixão pela vida dos animais em detrimento à vida humana. E mesmo paradoxal, apresentando uma janela entre certa sensibilidade e um determinado entendimento, tornou-se fundamento político e de um novo *ethos*. Disse Adolf Hitler: “*Im neuen Reich darf es keine Tierqualerei mehr geben*’ (no novo reich não deverá mais haver lugar para a crueldade com os animais)” (FERRY, 2009, p. 167, tradução do autor).

Com o propagado agravamento da questão ambiental no período pós-guerras, diversos encontros mundiais e documentos internacionais foram realizados/proclamados a partir da segunda do século XX, a fim de se pensar alternativas em conjunto para o futuro divulgado “incerto” da humanidade, como os seguintes: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo em 1972; a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagem em Perigo de Extinção, em Washington no ano de 1973; a Assembléia da UNESCO na cidade de Bruxelas em 1978, que, a partir da proposta da União Internacional dos Direitos dos Animais proclamou a Declaração Universal dos Direitos dos Animais – considerando que cada animal tem direitos e que o desconhecimento ou o desprezo destes direitos tem levado e continua a levar o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais –; a Declaração de Vancouver sobre a sobrevivência do século XXI, proclamada em 1979; o Apelo de Sevilha contra a Violência, realizado em 1986; a Declaração por um Contrato de Solidariedade, na cidade de Porto Novo no ano de 1989; a Nossa Própria Agenda, elaborada pela Comissão de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, no ano de 1990; o Relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1991; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro em 1992; o Protocolo de

Quioto de 1997; e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, na cidade de Copenhagem em 2009, dentre as mais recentes já no século XXI.

Para Tosi, a demarcação do início da realização/promoção de encontros mundiais e documentos internacionais a partir da segunda metade do século XX coincide com uma terceira geração de direitos humanos, que inclui os direitos a uma nova ordem internacional desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro do ano de 1948. Na multiplicação dos bens a serem defendidos, esta geração vivencia uma nova ordem social e internacional em que os direitos e a liberdade estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos podem ser (ou se deveria ser) plenamente realizados, como o direito à paz, ao desenvolvimento, etc., não esquecendo o direito a um ambiente natural sadio (TOSI, 2012).

Dos direitos humanos, sobre o meio ambiente aos direitos dos animais, deve-se ressaltar, entretanto, as conquistas no plano internacional de muitos destes eventos e documentos citados, bem como o considerado fracasso declarado de alguns desses encontros internacionais, como a própria conferência de Copenhagem ou mesmo o Encontro de Quioto, visando a assinatura de um documento intergovernamental na tentativa gradual de se por fim à utilização de clorofluorcarbonos (CFC's).

Talvez a razão dum nomeado fracasso ou falta dum consenso declarado advinha de respostas às questões apresentadas por Singer (2002, p. 286): “Poderemos ter certeza de que as gerações futuras vão apreciar a natureza? Não serão mais felizes quando sentadas em *shoppings centers* com ar condicionado, ou diante de jogos de computador mais sofisticados do que jamais imaginamos?”

Entre zoológicos ou *shopping centers* é óbvio que possíveis respostas permeiam *pathos* e *logos*, com maior atração visivelmente à novidade, ao que é moderno. Por otimismo, todavia, Singer traz uma resposta positiva, considerando que algo falta para contenção desse fracasso ou falta de consenso, assumindo, aí, o papel de um prazer direcionado, equilibrado:

A ênfase na frugalidade e numa vida mais simples não significa que uma ética ambiental seja contrária ao prazer, mas sim que os prazeres que ela valoriza não provêm do consumo exagerado. Pelo contrário, eles provêm de calorosas relações pessoais e sexuais, do fato de se estar ao lado dos filhos e dos amigos, das conversas, dos esportes e das diversões que estejam em harmonia com o meio ambiente, em vez de causar-lhe danos; dos alimentos que não se baseiam na exploração de criaturas sencientes, nem resultam na destruição da terra; de todos os tipos de atividades e trabalhos criativos, e (com o devido cuidado de não danificar exatamente aquilo que se valoriza) da apreciação dos lugares ainda não arrasados deste mundo em que vivemos (SINGER, 2002, p. 304).

Nesse intento, diversos movimentos ambientalistas foram também iniciados na segunda metade do século XX, conforme indica Manuel Castells:

QUADRO 1 – Tipologia dos Movimentos Ambientalistas

<i>Tipo (exemplo)</i>	<i>Identidade</i>	<i>Adversário</i>	<i>Objetivo</i>
Preservação da natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da natureza	Desenvolvimento não-controlado	Vida selvagem
Defesa do próprio espaço (Não no meu Quintal)	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, ecologia profunda (<i>Earth first!</i>)	O ser "verde"	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	"Ecotopia"

ecofeminismo)			
<i>Save the planet</i> (Greenpeace)	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
"Política verde"	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

Fonte: Castells (2001, p. 143)

Especificamente sobre a utilização e a preservação dos animais, aparecem aliados ao *Greenpeace*, organizações para proteção de animais de rua e organizações contra a manipulação de animais vivos para experimentos científicos, movimentos que incluem a quase certa participação da organização *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA). Fundada em 1980 e já contando com mais de dois milhões de membros em todo o mundo, a organização PETA se dedica à causa de proteção dos animais de todos os atos de exploração humana desnecessários e abusivos (PETA, 2014). Curiosamente sobre os zoológicos e os circos, muitos membros dessas organizações os denominam de “penitenciárias de animais”.

Pressionados, governos, empresas e organismos de investigação científica são obrigados a ser signatários de termos e acordos de clara conduta ética na manipulação e preservação de animais, tornando-as públicas. Até quando da sua divulgação, deve-se observar princípios internacionais sobre padrões de comportamento de todas as partes envolvidas neste ato: instituições envolvidas, investigadores, autores, editores e patrocinadores/financiadores. (COPE, 2014)

Dessa forma, em meio aos discursos da crise ambiental, maus tratos de animais e preservação de animais contra possíveis extinções, conflitos e acordos entre indivíduos, grupos, governos vêm promovendo na contemporaneidade a elaboração de políticas ambientais que na práxis social se demonstram por um lado eticamente necessárias e respeitáveis, mas, por outro, por vezes se demonstram viciadas, inexequíveis ou mesmo radicais. Situação que vem a gerar manifestações públicas a batalhas judiciais.

Como, então, o homem deve agir em relação ao meio ambiente e aos animais? Qual a função das emoções nessa relação? É realmente eminente a crise ambiental ou o que se apresenta é uma crise de pensamento? E no que concernem as políticas ambientais e de direito dos animais, quais emoções orientam a sua racionalidade? A que ponto as emoções implicam na condução das ações humanas? Perplexidade, militância, ativismo, compromisso, exigência, necessidade, direito ou obrigação: o que provoca emoções no homem que pode desencadear uma tomada de consciência do valor animal e da natureza relacionada à participação social organizada?

Para Vicente Medaglia (2010), a forma como a Filosofia voltada à natureza se apresenta hoje é exclusiva de nossos dias, especialmente a partir da segunda metade do século XX, desde as origens do movimento ambientalista. E alerta que obviamente isto não se deu de graça. Somente a partir do surgimento da tese de que vivemos uma crise ambiental é que a natureza começou a ser pensada e disputada em metarenas filosóficas. Isso, contudo, não significa que antes ninguém se desse conta da questão sociedade-natureza, pois, como Medaglia registra: “Existiram, de certo, alguns precursores, entre eles Karl Marx, George Perkins Marsh e Aldo Leopold. O que se afirma é que a questão ambiental não era considerada um problema pelo resto da sociedade, coisa que o é hoje em dia” (MEDAGLIA, 2010, p.5).

Eis que emerge na segunda metade do século XX a problemática socioambiental como uma consequência dessa complexa transformação da natureza e da sociedade e das novas questões que ela suscitou.

Aliás, esse é um dos fatores que faz do termo natureza ainda perturbador. Uma das maiores críticas endereçadas à noção de natureza, nesse sentido, é suscitada pela própria concepção de recursos naturais. A água, os minerais, as plantas e os animais são recursos naturais referenciados em investigações, normas e leis. Milton Santos, contudo, adverte que os recursos naturais "... se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais. Mas vá dizer isso!" (SANTOS, 2001, p. 20) Ainda segundo ele, isso é um problema intrínseco ao "fim" da natureza, pois...

De certo modo, acabou a natureza. Bem dizer que a natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa. Na realidade, a natureza, hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. [...] Hoje, quando a economia e a mais-valia se globalizam, a natureza globalizada pelo conhecimento e pelo uso é tão social como o trabalho, o capital, a política... Por outro lado, eu tenho muito receio de uma superfetação do fator natural. Por duas razões. Primeiro, porque pode encobrir a vontade de produzir uma ideologia que nos afaste da discussão central, que é a da sociedade. Nesse caso, certa ecologia é um dado ideológico na produção da globalização perversa. [...] Em segundo lugar, creio que há muita coisa a ser inventada no reino chamado natural. As invenções são produto da necessidade e não o contrário. [...] dá para desmanchar o entendimento do que é o mundo, atribuindo um papel muito grande ao que realmente já não existe, que é a natureza natural (SANTOS, 2001, p. 20-22).

Singer mesmo nos lembra, através de Bill McKibben (1989) em *The End of Nature*, que a natureza, bem num dos sentidos do termo, acabou. "Vivemos num mundo pós-natural" (MCKIBBEN, 1989 apud SINGER, 2002, p. 289), onde o homem priva a natureza de sua independência, e fazendo isto, destitui a mesma de seu significado, restando a existência de nada além do próprio homem.

Na privação da natureza de sua independência, nem sempre pela intervenção direta humana, pelo menos onze animais foram considerados oficialmente extintos apenas nos últimos vinte anos: a tartaruga gigante de Galápagos (em 2012); o rinoceronte negro do oeste da África (em 2011); o mergulhão de alaoira (em 2010); a foca monge das Caraíbas (em 2008); o golfinho baiji (em 2007); o pássaro po'ouli (em 2004); o pato mariana mallard (em 2004); o íbex dos Pirineus (em 2000); o tigre de Java (em 1994); o pica-pau de bico de marfim (em 1994); e o pássaro oystercatcher das Ilhas Canárias (em 1994). (GUERRA, 2014; REVISTA SUPERINTERESSANTE, 2014)

Justificativas? Estas não faltam:

Alterações de clima, desastres naturais, doenças desconhecidas ou, também muito frequente, ataques de predadores, são algumas das ameaças naturais que os animais sofrem e que podem levar à extinção. Mas nenhuma das ameaças exteriores está provada como **mais destrutiva que a ação humana, nomeadamente a caça**. (BARBOSA, 2014, grifo da autora)

Um exemplo catastrófico é a extinção do tigre do Cáspio ou tigre persa, que habitava o Curdistão, a China, o Irã, o Afeganistão e a Turquia, sendo considerado oficialmente extinto na natureza no ano de 1960. De todas as subespécies de tigre era a mais ocidental, sendo a subespécie utilizada como atração no Coliseu de Roma, abatida

nesta arena do século I ao VI. Entretanto, somente a partir do século XIX a sua população veio diminuindo consideravelmente, quando o Império Russo determinou a sua matança para tornar a região mais colonizável. Atualmente, das nove subespécies classificadas de tigres (*Panthera tigris*) na natureza, três já foram extintas: os referidos tigre do Cáspio (*Panthera tigris virgata*) e tigre de Java (*Panthera tigris sondaica*), além do tigre de Bali (*Panthera tigris balica*). (IUCN, 2014; BARBOSA, 2014)

Durante milênios houve caça, aprisionamento e domesticação de animais. Mas é inegável que a evolução da ciência e da tecnologia foi um fator decisivo na privação da independência do mundo animal ou, como trata Morin, subjugação do mesmo.

Doutra forma, os zoológicos não deixam de serem outros exemplos de privação da independência da natureza destinada ao prazer humano. As reservas naturais de certo modo também, alimentando o paradoxal mito da natureza intocada (DIEGUES, 2000). Estas alternativas seriam, portanto, um mal necessário de intervenção, mesmo até em prol da preservação animal? Afinal, alguns poucos exemplares de animais extintos na natureza ainda sobrevivem em zoológicos. Entretanto, quais as consequências e os limites da ação humana e do seu conhecimento científico e tecnológico utilizado sobre os outros animais e sobre a natureza como um todo?

Enrique Leff (2001) denominou tal problemática socioambiental do mundo considerado pós-natural como “crise de civilização”. O problema é que a essa mesma civilização em crise são exigidas a constituição de bases ecológicas e princípios jurídicos e sociais visando à gestão democrática dos ditos recursos naturais, incluindo aqui os animais, como forma de disciplinar as relações sociedade-natureza na contemporaneidade.

A propósito, Marcelo Pelizzoli (2010) define a contemporaneidade como o momento da sobrevivência humana em tempos não só de crise socioambiental, mas, ao mesmo tempo, em tempos de vazio ético, principalmente na motivação política. Com efeito, os processos que envolvem as relações entre sociedade-natureza “não só estão associados a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social” (LEFF, 2001, p. 59-60).

Doutro modo, segundo Edgar Morin e Anne Kern (1995), essa problemática se reflete sob a forma do sentimento de “agonia planetária”, revelando, ao mesmo tempo, a necessidade da consciência ético-política, individual e global, sobre a questão. Isto, pois, para Le Breton (2009), uma emoção nasce da avaliação do acontecimento, o que não diferiria de um acontecimento global. Nisso implica a complexidade da questão primeira trazida neste artigo: o que atrai e fascina uma família a visitar um zoológico em alguma manhã de fim-de-semana?

Talvez, aí, dever-se-ia acrescentar as expressões pronominais interrogativas “por que” e “como”, na tentativa de, ao responder tais questões, contribuir para a reflexão sobre a miríade de dilemas ético-políticos anunciados.

Diante disso, Ferry propõe ao mundo contemporâneo um ecologismo democrático, necessário para uma compreensão filosófica dos dilemas ecológicos atuais, sob a proposição de uma percepção jurídica de que os animais e a natureza como um todo não são sujeitos legais de direitos, mas antes uma riqueza a ser protegida pelas leis do homem. Nesse sentido, Ferry não advoga contra uma ética ambiental, mas sim a favor de sua relação estabelecida com a democracia. E, dessa forma, arremata:

[...] o verdadeiro perigo ao qual nos exporia uma vitória do ecologismo radical na opinião pública: ao considerar a cultura, à maneira da sociobiologia, um simples prolongamento da natureza, o mundo inteiro do espírito estaria sendo posto em perigo. Entre a barbárie e o

humanismo, é à ecologia democrática que compete agora decidir (FERRY, 2009, p. 250).

Afinal, como diria Singer (2004), vivemos um só mundo.

3 A CONSTITUIÇÃO DOS ZOOLOGICOS AO STATUS DE MUSEUS CIENTÍFICOS

Segundo Peter Dollinger, Diretor-Executivo da Associação Mundial de Zoológicos e Aquários, "Além de não termos informações disponíveis sobre todos os zôos do mundo, o termo zoológico não tem uma definição exata, servindo também para designar parques que abrigam vida selvagem e reservas animais" (VASCONCELOS, 2014). Nessa perspectiva, uma definição de zoológico se confunde com a história da delimitação de espaços naturais para o confinamento de animais ou com a história da captura de animais e sua manutenção em cativeiro, todavia, com um fim diferenciado ao de domesticação, com o fim de colecionismo.

Seguindo esta compreensão, John Fa, Sthephan Funk e Donnamarie O'Connell (2011) afirmam que os primeiros zoológicos que se possam registrar datam da Antiguidade, há cerca de 4.000 anos no Egito e 3.000 anos na China. O Egito realizou a primeira coleção catalogada de animais selvagens: cerca de 100 elefantes, 70 felinos e milhares de mamíferos. Por sua vez, a China construiu o primeiro zoológico com referência a "educação" de visitantes diante do exótico, intitulado "Jardins da Inteligência".

De acordo com Viviane Garcia e Marta Marandino (2008), os zoológicos da Antiguidade possuíam apenas coleções de animais vivos em exposição para o entretenimento e o estudo. Um hábito reconhecido como sinal de poder, principalmente entre imperadores chineses, astecas, gregos, faraós egípcios e outros chefes de Estado.

Particularmente, o Império Romano empreendeu uma constante e diversificada captura de animais selvagens advindos dos territórios conquistados que se expandiam principalmente na África e na Ásia. Muitos desses animais foram utilizados como atração nos espetáculos de batalha com gladiadores no Coliseu de Roma, ou no *venatio*, espetáculo de caça de animais. Incluíam-se nestes espetáculos leões, leopardos e tigres, além de rinocerontes, hipopótamos, elefantes, girafas, crocodilos e avestruzes. Os animais muito bem serviam ao entretenimento da sociedade romana, acentuando-se sob a reprodução da política *Panis et Circensis*. Como exemplo, o imperador romano Marco Úlpio Nerva Trajano celebrou a sua vitória em Dácia no ano de 107, durante 123 dias, com espetáculos que envolveram a utilização e morte de aproximadamente 11.000 animais, entre selvagens e domesticados, e o combate entre aproximadamente 10.000 gladiadores. Assim, a utilização de animais fez-se comum desde a domesticação cotidiana aos rituais religiosos e celebrações públicas, com ênfase nas militares – antes e depois de batalhas, bem como em suas comemorações históricas –, servindo ao mesmo tempo ao divertimento público, à manutenção das instituições de poder e, conseqüentemente, à memória cultural (DION CASSIO, 1961; GONÇALVES, 2002, 2008).

Não existe registro da criação de zoológicos durante o Medievo. Contudo, é certo que animais selvagens e considerados exóticos eram expostos em mercados, feiras e circos. Neste período, diante da simbologia imagética utilizada pela religião, tais animais muitas vezes ou eram considerados criações fantásticas de Deus ou eram confundidos com feras ou bestas de associação demoníaca que deveriam ser investigadas, evitadas ou exterminadas. Jacques Voisenet (2000) a esse respeito sintetizou quatro perspectivas da mentalidade medieval sobre os animais: o animal como estratégia para se obter o

conhecimento; o animal como recurso pedagógico a serviço da ordem moral; o animal como um expediente a serviço do poder terreno da Igreja; e o animal como um meio de evasão das emoções humanas, ao maravilhá-los com as suas naturezas, exotismos e comportamentos.

O hábito de se colecionar animais selvagens em cativeiro permaneceu desde a Antiguidade até o século XVIII. A partir deste momento surgiram os primeiros zoológicos em formatos aproximados do que encontramos nos dias de hoje, incluindo recintos em concreto e barras de ferro, no entanto, privilegiando o bem-estar do visitante:

As análises dos tipos de recintos construídos pelos primeiros zoológicos europeus e americanos demonstram que as principais preocupações dos projetistas estavam relacionadas com a praticidade do manejo, a facilidade da higienização e o bem-estar do visitante em observar sem restrições os animais. Daí os recintos em concreto e barras de ferro, dispostos muito proximamente ao público, sem quaisquer enriquecimentos ou preocupação com pontos de fuga e bem-estar animal (CATÃO-DIAS, 2003, p. 127)

Seguindo a perspectiva deste período, os primeiros zoológicos foram fundados na Europa, depois na Oceania, nas Américas, na Ásia e, posteriormente, na África. Os primeiros zoológicos da Europa foram: Viena, Áustria, em 1752; Paris, França, em 1793; Londres, Inglaterra, em 1828; Berlim, Alemanha, em 1844; Rotterdam, Holanda, em 1857; Frankfurt, Alemanha, em 1858; e Breslau, Polônia, em 1865. Na Oceania, o primeiro zoológico fundado foi o de Melbourne, Austrália, em 1872. Nas Américas seguiram: Central Park, New York, Estados Unidos, em 1873; Filadélfia, Estados Unidos, em 1874; destacando-se o de Belém, Brasil, em 1895. Na Ásia: Calcutá, Índia, em 1876; e Ueno, Japão, em 1882. Por fim, na África: Gizé, Egito, em 1891.

A princípio, entre os séculos XVIII e XIX, conforme ressaltam Garcia e Marandino (2008), os primeiros zoológicos pertenciam a reis ou príncipes e possuíam um caráter estritamente taxonômico, sendo considerados espaços de curiosidades da nobreza. Foram denominados, portanto, de “Salas de Curiosidades”, “Gabinetes de Curiosidades” e “Gabinetes Vivos de História Natural”, onde as espécies eram exibidas em jaulas, visando apenas à sua manutenção e reprodução, sendo, algumas vezes, treinadas para se exibirem ao público e, quando mortas, destinadas, também algumas vezes, à taxidermia.

Hussan Zaher e Paulo Young (2003) destacam que até o século XIX, aventureiros e comerciantes, ao longo de suas viagens pelo mundo, coletavam exemplares de animais e plantas, enviando-os aos centros europeus para composição do acervo das coleções dos gabinetes de curiosidades que estimulavam o imaginário da nobreza. Estes gabinetes formaram os embriões do que se tornariam as grandes coleções zoológicas da Europa, na qualidade de Museus de História Natural, incluindo, algumas vezes como anexo, os jardins zoológicos.

Com o triunfo da ciência, não apenas comerciantes e aventureiros alimentaram as coleções da Europa. Expedições financiadas pela nobreza se tornaram cada vez mais comuns.

Foi a “época de ouro” da Zoologia. O conhecimento da biodiversidade do planeta se expandiu significativamente com a intensificação do comércio marítimo e das rotas de navegação entre a Europa e os outros continentes. Nesse momento, os museus de História Natural já haviam conquistado, através das práticas envolvendo suas coleções, um papel importante na educação, evolução e popularização científica. (ZAHER; YOUNG, 2003)

Por esse percurso, o Zoológico de Londres – *London Zoo & Aquarium in Regent's Park* – foi considerado o primeiro zoológico científico do mundo, com o propósito de expressamente estudar os animais vivos para melhor entender a História Natural. Este zoológico foi fundado pela Sociedade Zoológica de Londres dois anos após a própria criação desta própria sociedade. Originalmente, apenas os membros desta sociedade e convidados tinham acesso às suas instalações. Por reconhecimento à sua teoria evolucionista, Charles Darwin, em 1837, torna-se um membro honorável desta sociedade. Somente no ano de 1847, quando as finanças da Sociedade estavam comprometidas, o zoológico permitiu a entrada do público comum. (ZSL, 2014)

Dessa forma, os zoológicos passaram de particulares para abertos ao público comum, com fins ao aumento de financiamento dos seus custos de manutenção e ampliação.

No entanto, esta época não pode ser considerada de ouro apenas para Zoologia europeia. Na medida em que se realizavam comércios e expedições científicas oficiais entre a Europa e os outros continentes, como as Américas, realizavam-se ao mesmo tempo a circulação de cientistas e troca de materiais, exemplares, ideias e conhecimentos.

O Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi, na cidade de Belém no Brasil, fundado no ano de 1895, numa época em que houve dezenas de criação de museus de História Natural na recém proclamada república (em 1889), é um importante exemplo da realização dessas trocas. Considerado o mais antigo zoológico brasileiro, este pertence ao aglomerado de, hoje, um dos mais importantes museus de História Natural do mundo.

Segundo Maria Amélia Dantes, Silvia Figueirôa e Maria Margaret Lopez (2011), as origens do Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi remontam o ano de 1866, quando a Sociedade Filomática foi fundada no Brasil sob forte influência dos conceitos de museus americanos, independente do governo ou de empresários. A marca distintiva seria a realização de investigação científica e suas popularizações com base nas coleções. Seus diretores e naturalistas promoviam excursões de campo em todo o país, em busca de novos e raros exemplares zoológicos, bem como botânicos, mineralógicos, etnográficos e arqueológicos. As coleções aumentaram consideravelmente durante esse tempo e foram divulgadas ao conhecimento público em exposições e publicações científicas. Com esse intento, foi lançado no ano de 1894 o “Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi de História Natural e Ethnographia”.

De modo geral, os zoológicos e os museus de História Natural brasileiros foram inseridos no cenário internacional por meio de seus intercâmbios científicos, não só com instituições correlatas europeias e americanas, mas também com as latino-americanas, cujas interações ainda são menos conhecidas. A partir da intensificação de suas relações internacionais, as instituições museológicas brasileiras também desempenharam um papel ativo nas Exposições Nacionais e Universais que proliferaram a partir de meados do século XIX, ajudando, inclusive, na construção de uma autoimagem positiva para o país. (DANTES; FIGUEIRÔA; LOPEZ, 2011).

Do outro lado do Atlântico, vale ressaltar a importância do continente africano como principal fonte de animais enviados para zoológicos dos outros continentes durante o século XIX. Nesse momento de colonialismo da Europa sobre a África foram iniciados os primeiros safáris – termo originado no *suaili* (uma das principais línguas da África central) significando expedições –, realizados com interesse científico ou de observação até para caça e captura de animais (CORREA, 2011; RIBEIRO; GEBARA, 2013; SANSOLO; CRUZ, 2011).

A caça esportiva fez parte de um *habitus* em toda a África colonial. Mas ela não foi a única modalidade. Outras formas de caça eram praticadas

por várias comunidades africanas. Havia ainda a famigerada caça comercial que fornecia ao mercado marfim, peles, plumas, etc. Além dos tradicionais mercados consumidores do Oriente, havia a expansão do mercado das sociedades industriais do Ocidente. Bolas de bilhar, teclas de piano, armação de óculos, vestuário e acessórios como chapéus femininos e vários outros produtos metropolitanos tinham como matéria-prima ou ornamento, marfim, peles e plumas de animais selvagens do continente africano. Instituições científicas da Europa e dos EUA, como, por exemplo, museus de história natural, institutos de zoologia e parques zoológicos, fomentaram, igualmente, o mercado de animais selvagens. (CORREA, 2011, p. 165)

Para Correa (2011), a prática da caça e o mercado de animais selvagens africanos no período do colonialismo promoveu tanto o extermínio de muitas espécies e quanto à redução de muitas outras em várias regiões do continente. A caça mais emblemática foi destinada aos elefantes, pela caça esportiva e pelo valor do marfim. Em várias colônias de diferentes impérios europeus na África, diante do decréscimo vertiginoso dos paquidermes, suscitou-se uma mobilização preservacionista para além dos territórios imperiais, um avanço sobre a discussão de direitos dos animais, envolvendo desde naturalistas aos praticantes da caça esportiva. Dessa forma, a caça aos paquidermes produziu, paradoxalmente, uma consciência preservacionista não só nas metrópoles como também nas colônias. Pela primeira vez, associações e clubes de caça europeus propuseram leis de proteção à vida selvagem, incluindo a necessidade de criação de parques e reservas. Tais instituições, mesmo protagonistas da bandeira preservacionista não realizaram críticas ao sistema colonial que lhes servia.

Os europeus ainda trouxeram à atenção um novo tipo de zoológico, com fins a legitimar o seu colonialismo: os zoológicos humanos. Estes tipos de zoológicos, travestidos de “exposições étnicas”, inicialmente bem populares, surgiram no século XIX e persistiram até os anos de 1950, na condição de exposições de exemplares humanos considerados exóticos: africanos, indígenas e asiáticos. Como testemunho destes zoológicos, disseminado em tempos atuais de *internet*, uma imagem ficou conhecida mundialmente: uma mulher branca alimentando uma criança congoleza como um animal em um cercado que reproduzia sua tribo de origem na África, durante a Expo 1958, também conhecida como Feira Mundial de Bruxelas e *Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles*.³ O Congo era até então colonizado pela Bélgica, tornando-se independente apenas dois anos mais tarde, em 1960.

Recuperando a memória deste período, no final de 2011, uma mostra de fotografias, intitulada *Vues - L'invention du sauvage*, foi realizada no *Musée du Quai Branly*, em Paris, França, tendo como objeto temático os seres humanos considerados "exóticos, selvagens ou monstros" exibidos em feiras, circos e zoológicos ocidentais:

A exposição *Exibições – A Invenção do Selvagem* indica, segundo os organizadores, que esses "espetáculos" com índios, africanos e asiáticos, além de pessoas portadoras de deficiência, que tinham o objetivo de entreter os espectadores, influenciaram o desenvolvimento de ideias

³ Esta imagem pode ser encontrada em diversos *sites* dedicados contra o racismo ou a respeito da teoria evolucionista, como por exemplo: <http://darwinismo.wordpress.com/2014/02/02/crianca-africana-colocada-num-jardim-zoologico/>. Para outras imagens a respeito, ver também: <http://www.mdig.com.br/?itemid=17030>.

racistas que perduram até hoje. [...] O apogeu dessas exposições ocorreu entre 1890 e os anos 1930. Depois disso, os "shows étnicos" deixaram de existir por razões diversas: falta de interesse do público, surgimento do cinema e desejo das potências de excluir o "selvagem" da propaganda de colonização. A última apresentação desse tipo foi realizada em Bruxelas, em 1958. O "vilarejo congolês" teve de ser fechado devido às críticas na época. Segundo os organizadores da mostra, mais de 1 bilhão de pessoas assistiram aos espetáculos exóticos realizados entre 1800 e 1958. (FERNANDES, 2014)

No ano de 1935 foi fundada a Associação Mundial de Zoológicos e Aquários, na cidade da Basileia, Suíça, sob a então designação de União Internacional de Diretores de Jardins Zoológicos, que foi dissolvida durante a segunda grande guerra e restabelecida novamente no ano de 1946, em Roterdã, Holanda. Em 1950 esta organização se associou à União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, fundada, por sua vez, no ano de 1948 na cidade de Gland, Suíça. Mais tarde, somente no ano de 2000, a União Internacional de Diretores de Jardins Zoológicos alterou o seu nome para o qual é conhecida atualmente: Associação Mundial de Zoológicos e Aquários. (WAZA, 2014)

Durante o século XX, com o avanço da ciência e da tecnologia, os zoológicos se tornaram cada vez mais sofisticados, ampliando a promoção do bem-estar humano para uma atenção especial ao bem-estar dos animais. Não à toa, ainda resistiram exemplares vivos de alguns animais extintos na natureza, por vezes, reproduzindo-se em zoológicos.

Mas foi somente no século XX, conforme ressaltam Garcia e Marandino (2008), que os zoológicos passaram a ser considerados "museus vivos", assumindo um perfil mais ecológico, com ênfase na biologia do comportamento e nos diferentes tipos de *habitats*. A partir desta perspectiva, verificou-se uma forte tendência conservacionista já explícita em alguns zoológicos, visando à transformação dessas instituições em grandes centros de conservação *ex situ*, com pesquisa e estruturação de suas instalações similares aos ecossistemas naturais dos animais com a participação efetiva na conservação *in situ*.

E se já considerados museus vivos, o *status* de museus científicos, garantido pelo *International Council of Museums* e legislações nacionais, trouxe aos zoológicos novas responsabilidades. Tal *status* também advém da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), classificando os zoológicos como pertencentes à ramificação dos museus de História Natural e Ciências Naturais – que compreendem, por sua vez, os museus destinados à exibição de temas relacionados com uma ou várias disciplinas como a biologia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia e ecologia. (DELICADO, 2014)

Nesta perspectiva, Ana Delicado (2014) ressalta as funções dos museus científicos, que incluem em sua classificação os zoológicos. Além das funções comuns a qualquer tipo de museu – adquirir, conservar, pesquisar, comunicar e expor espécimes naturais ou artefatos –, os zoológicos como museus científicos são chamados também a desempenhar outras importantes funções sociais, a saber: a promoção da cultura científica; a investigação; o apoio ao ensino; os serviços à comunidade; a preservação do patrimônio; a educação ambiental; o reforço da identidade (local ou institucional); o debate sobre questões controversas; a facilitação da participação pública em matérias de decisão com um cariz técnico-científico; a discussão dos impactos sociais da ciência; e a exibição da ciência "em ação" ou "tal qual se faz" atualmente.

Os zoológicos se apresentam como importantes campos de atuação de práticas de (in)formação e investigação científica de profissões tradicionais, como biólogos, botânicos,

zootecnistas, médicos veterinários, engenheiros agrônomos, paisagistas, etc., até de profissões diversificadas relacionadas à nova pedagogia, referente aos educadores ambientais. Dessa forma, desde visitas guiadas às aleatórias em um zoológico, pode-se perceber a importância do mesmo na popularização da ciência.

Em face das responsabilidades e funções dos zoológicos, não se pode esquecer a importância e complexidade do mapeamento, controle do acesso e uso do patrimônio genético das coleções de animais e plantas dos zoológicos no mundo contemporâneo. Situação que esbarra em questões culturais, econômicas, legais, enfim, ético-políticas.

4 ÚLTIMAS PALAVRAS

O que esperar do século XXI?

Não faltam investigadores da Comunicação Social denominando os atuais *reality shows* televisivos de “zoológicos humanos”. (FUZER, 2012; SOUZA, 2010; RÜDIGER, 2007)

Há de se esperar novas tipologias de zoológicos acompanhando as novas relações entre o homem, o animal e o próprio homem, observando também as descobertas futuras científicas e tecnológicas. Uma abertura de possibilidades para além da vida humana e animal.

No ano de 2007 foi inaugurado em Alverca, Portugal, por concepção do artista plástico Leonel Moura, o primeiro zoológico do mundo dedicado à vida artificial, intitulado de “Robotarium X”, com uma coleção de 45 *robots* alimentados a energia solar e que reagem aos movimentos dos visitantes por sensores especiais. Segundo o artista plástico:

Para fortalecer a idéia de uma nova espécie, nomeiei em latim para cada tipo de *robot*. Catorze espécies nasceram com um total de 45 indivíduos, denominados da seguinte forma: *Acrorbinomorpho*, *Araneax*, *Bilurosequor*, *Bucinaderm*, *Cerabetero*, *Cursorvigilo*, *Pendeopseudosaurus*, *Procedofrons*, *Protopedis*, *Reptumpacatus*, *Robotapondera*, *Superinflatus*, *Techmuris* e *Zoid*. Esta classificação foi baseada principalmente nas características morfológicas, que foram determinadas pelos padrões de locomoção e também por componentes internos. Embora muitos destes *robots* apresentem algumas semelhanças com animais existentes (por exemplo, *Araneax* tem a forma de uma aranha, apesar de ter sete pés em vez de seis), a forma dos seus corpos resultou de um condicionamento adaptativo. Os modos de locomoção foram importantes, uma vez que estão associados aos servomotores que exigem uma posição específica. E, claro, a colocação dos painéis fotovoltaicos no topo foi ainda mais crucial. [...] Em essência, o *Robotarium X*, em termos de trabalho artístico, explora a relação entre o homem e a vida artificial. (MOURA, 2014)

Diante de ações de vandalismo recorrentes sob autorias e motivos desconhecidos, o “Robotarium X” é obrigado a fechar suas portas (MONTEZ, 2014).

Qual o limite do cuidado e preservação de uma vida artificial? Como tratar o direito à vida artificial?

Após três anos do seu encerramento, um novo zoológico da vida artificial é inaugurado em Alverca em 2013, sob o título de “Novo Robotarium”, instalado desta vez no Jardim Parque José Álvaro Vidal, à beira da Estrada Nacional, contudo, longe de estar isento às críticas sociais:

“Passei por aqui no domingo e reparei que havia água no interior. Tinha mais de um centímetro de água de altura do lado sul (plataforma central onde estão os *robots* terrestres) e um dos globos pendurados estava meio de água [...] Este Robotarium vai ter o mesmo destino do outro [...], só que este já começou a ser vandalizado pelos políticos que o inauguraram. Acho que faz falta uma coisa deste tipo, para os jovens de Alverca é formativo, mas quem fez isto possivelmente não percebia destas coisas, porque já está a meter água com dois dias de chuva”, critica António Cruz, serralheiro mecânico de formação, que julga que a estrutura agora criada não vai resistir a novos actos de vandalismo, até porque tem vidros bastante mais frágeis. “São 50 mil euros que foram aqui gastos. É uma falta de respeito pelas pessoas que fizeram estes robôs, que possivelmente serão estudantes. Ter isto aqui assim, com água não faz sentido. A electricidade não funciona com água. É um projecto que não foi acabado e foi inaugurado”. (TALIXA, 2014)

No Brasil, no ano de 2013, foi lançada ao público a montagem do espetáculo museu humano intitulado “Brasilien 13.Caixas”, concebida pela alemã Karin Beier, tendo como referência os zoológicos humanos realizados no século XIX. Neste caso, treze atores representaram treze personagens reais entrevistadas por Beier, de descendência alemã no sul do país, segundo uma extensa pesquisa realizada, proporcionando que relatos fossem gravados e também disponibilizados na montagem. (MELLÃO, 2014)

Beier pensou que encontraria no Brasil teuto-brasileiros transformados pela mescla de etnias que compõe o país. Ela levou um choque quando se deparou com uma continuidade, segundo conta, mais fechada e tradicional do que é possível encontrar na Alemanha. “A vida deles é museológica. Eles vivem, a meu ver, num mundo paralelo à realidade. Apesar de pertencerem à sexta geração de alemães no Brasil, muitos ainda falam mal o português. São fechados, só se casam entre eles”, diz a encenadora, que dirige o maior teatro da Alemanha, o Deutsches Schauspielhaus de Hamburgo. (MELLÃO, 2014)

Então, direitos dos animais estariam implicados na coleção e exposição dos mesmos? E o que dizer do animal humano?

Nessa perspectiva recente para além da vida animal, humana e artificial exibidas como zoológicos, a própria humanidade já vem se preocupando com a possibilidade de inclusão de outro tipo de vida nunca antes exibido nas coleções vivas: a vida alienígena. Uma previsão estratégica de países como o Brasil, conforme se pode observar infra, em citação de sua Lei nº 7.173 de 1983, que dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos, especificamente no Art. 12:

Art 12 - A importação de animais da fauna alienígena para os Jardins zoológicos dependerá:

- a) do cumprimento do artigo 4º da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 [que dispõe sobre a proteção à fauna brasileira e dá outras providências];
- b) da comprovação de atestado de sanidade fornecido por órgão credenciado do país de origem;
- c) do atendimento às exigências da quarentena estabelecidas pelo IBDF [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal];
- d) da obediência à legislação em vigor e aos compromissos internacionais existentes. (BRASIL, 1983)

Seria a vida alienígena objeto ou sujeito de direitos?

Se para Morin a subjugação do mundo animal criou os modelos da subjugação do homem pelo homem, ele também acrescenta que, no rastro da subjugação animal, “hoje, a subjugação dos artefactos cibernéticos é talvez o prelúdio dum novo tipo de subjugação informacional do homem pelo homem”. (MORIN, 1977, p. 229) Todavia, aqui há uma lacuna, aceitável pela data da publicação desta citação de Morin. Em tempo presente, dever-se-ia acrescentar nesta citação a possibilidade de subjugação, até o momento – ressaltando-se –, do alienígena pelo homem. A expansão da ciência e da tecnologia permite afirmar: não há fronteiras para o homem. Retorna-se, portanto, a implicações ético-políticas sobre as ações relacionadas aos zoológicos e suas novas concepções no século XXI.

O debate está longe de se esgotar. Aliás, o debate está a se ampliar sobre os direitos dos animais aos direitos amplos da vida humana a não-humana. Portanto, há de se debruçar sobre a vida não-humana destinada aos cuidados dos zoológicos como museus vivos de ciência.

E, como dito no início deste artigo, não se pode negar o componente das emoções nestas implicações. Afinal, sem elas não haveriam debates e evolução sobre os direitos dos animais, e através delas, mesmo por entre opções que incluirão desde *shopping centers* a novos espaços físicos ou virtuais de entretenimento e lazer advindos de um porvir científico e tecnológico ainda desconhecido, famílias haverão de continuar a visitar zoológicos em manhãs de fim-de-semana.

Sobre o futuro dos direitos dos animais, caberá, então, à ecologia democrática decidir.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BARBOSA, Jaque. **15 animais que foram extintos nos últimos 250 anos**. Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2013/08/veja-fotos-de-15-animais-extintos-nos-ultimos-250-anos/>. Acesso em 11 fev. 2014.

BBC BRASIL. **Ucrânia: luxo presidencial**. Disponível em: <http://noticias.br.msn.com/fotos/ucr%C3%A2nia-luxo-presidencial-2>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BÍBLIA SAGRADA. **Gênesis**, 1:28.

BRADSHER, Keith. **Acusações sobre mortes em um zoológico indonésio**. *The New York Times News Service/Syndicate*. Disponível em: <http://nytsyn.br.msn.com/colunistas/acusa%C3%A7%C3%B5es-sobre-mortes-em-um-zool%C3%B3gico-indon%C3%A9sio#page=1>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: economia, sociedade e cultura**; v. 2. O poder da identidade. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CATÃO-DIAS, J. L. Zoológicos e a pesquisa científica. **Biológico**, São Paulo, v. 65, n. 1/2, p. 127-128, jan./dez., 2003.

COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS (COPE). **Official site**. Disponível em: <http://publicationethics.org/>. Acesso em: 10 fev. 2014.

CORREA, Sívio Marcus de Souza. Caça e preservação da vida selvagem na África colonial. **Revista Esboços**, v. 18, n. 25, p. 164-183, 2011.

DANTES, Maria Amélia; FIGUEIRÔA, Sílvia; LOPEZ, Maria Margaret. Sciences in Brazil: an overview from 1870-1920. In: KRAUSE, D., VIDEIRA, A. (Eds.). **Brazilian Studies in Philosophy and History of Science: an account of recent works**. Series: Boston Studies in the Philosophy and History of Science, Vol. 290. London: Springer, 2011, p. 95-105.

DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e no animal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DELICADO, Ana. **Para que servem os museus científicos?** Funções e finalidades dos espaços de musealização da ciência. Disponível em: http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/58010194.html. Acesso em: 11 fev. 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DION CASSIO. **Dio's Roman History**. Transl. by Earnest Cary. London: William Heinemann LTD, 1961. V. 9.

FA, John E., FUNK, Stephan M.; O'CONNELL, Donnamarie. **Zoo Conservation Biology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FERNANDES, Daniela. **Exposição relembra shows étnicos com humanos 'exóticos' na Europa**. BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111201_galeria_shows_eticos_df.shtml. Acesso em: 11 fev. 2014.

FERRY, Luc. **A Nova Ordem Ecológica: a árvore, o animal e o homem**. São Paulo: Difel, 2009.

FUZER, Cristiane. Vítimas e vilões em reality shows no Brasil: representações e avaliações com base em evidências léxico-gramaticais. **ALFA Revista de Linguística**, v. 56, n. 2, 2012, p. 403-425.

GARCIA, Viviane Aparecida Rachid; MARANDINO, Marta. Zoológicos: que mensagem estamos passando? In: Lozano, Mónica; Sánchez-Mora, Carmen. **Evaluando la comunicación de la ciencia: Una perspectiva latinoamericana**. México: CYTED, AEI, DGDC-UNAM, p. 83-94, 2008.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. As festas imperiais na Roma antiga: os *decennalia* e os jogos seculares de Septímio Severo. **Mneme**, v. 3, n. 6, 2002.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. As festas romanas. **Revista de Estudos do Norte Goiano**, v. 1, n. 1, p. 26-68, 2008.

GUERRA, Ráisa. **11 animais extintos há menos de 20 anos**. Disponível em: <http://www.megacurioso.com.br/animais/26199-11-animais-extintos-ha-menos-de-20-anos.htm>. Acesso em 11 de fev. 2014.

HARRIS, Marvin. **The sacred cow and the abominable pig**: riddles of food and culture. New York: Simon & Schuster Pub., 1985

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **ICOM Statutes**. July 6, 2001. Disponível em: <http://icom.museum/statutes.html#top>. Acesso em: 11 fev. 2014.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE (IUCN). **Panthera tigris**. *The Red List of Threatened Species*. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org/details/15955/0>. Acesso em: 11 fev. 2014.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MCKIBBEN, Bill. **The End of Nature**. Nova York, 1989.

MEDAGLIA, Vicente. **Sinopse da Filosofia do Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.inga.org.br/docs/sinopse_da_Filosofia.pdf. Acesso em: 05 abr. 2010.

MELLÃO, Gabriela. **Espetáculo recria zoo humano com atores em vitrines**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/07/1305229-espetaculo-recria-zoo-humano-com-atores-em-vitrines.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2014.

MONTEZ, Jorge. **Portugal**: Vandalismo obriga ao fecho do primeiro zoo do mundo para *robots*. Disponível em: <http://www.techenet.com/2013/05/vandalismo-encerra-primeiro-zoo-mundo-robots/>. Acesso em: 25 mar. 2014.

MORIN, Edgar. **O Método 1**. A natureza da natureza. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

MORIN, Edgar; KERN, Anne. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOURA, Leonel. **Robot Zoo**. Disponível em: <http://www.leonelmoura.com/zoo.html>. Acesso em: 11 mar. 2014.

PELIZZOLI, Marcelo. **Utopia Tecnocêntrica e Utopia Ecológica**: da Nova Atlântida à Política Socioambiental. Disponível em:

<http://www.ufpe.br/Filosofia/arquivos/Artigo%20para%20Pizzi.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2010.

PEOPLE FOR THE ETHICAL TREATMENT OF ANIMALS (PETA). **Official site**. Disponível em: <http://www.peta.org/>. Acesso em: 19 fev. 2014.

PEQUENO, Marconi. **A moral e as emoções**. Texto didático utilizado na disciplina Filosofia Prática do Programa Integrado de Doutorado em Filosofia das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte durante o semestre letivo 2010.1. João Pessoa, 2010. [s/d].

_____. O papel das emoções nas determinações da ação. **Manuscrito**, Campinas, xxv (special number), p. 271-284, 2002.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. **Conheça 15 animais que foram extintos nos últimos 250 anos**. Disponível em: <http://super.abril.com.br/galerias-fotos/conheca-15-animais-foram-extintos-ultimos-250-anos-692346.shtml#1>. Acesso em 11 fev. 2014.

RIBEIRO, Alexandre Vieira; GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida (Orgs.). **Estudos africanos: múltiplas abordagens**. Niterói: EDUFF, 2013.

RÜDIGER, Francisco. Antinomias do zoológico humano: sociabilidade selvagem, *reality shows* e regressão da consciência. **Galáxia**, v. 4, n. 8, 2007, p. 101-127.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2001.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Geografias do turismo no vasto continente africano. **GEOUSP: espaço e tempo**, n. 29, p. 171-186, 2011.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Um só mundo: a ética da globalização**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SOUZA, Dalmo. A Ágora ou o Zoológico Humano? Uma contribuição para o debate sobre os *Reality Shows*. **Revista Liceu On-Line**, v. 1, n. 1, 2010, p. 23-26.

STOCKER, Michael. **O valor das emoções**. São Paulo: Palas Athena, 2002.

TALIXA, Jorge. **Novo Robotarium de Alverca acumulou água nos primeiros dias por falhas na montagem**. Disponível em: <http://www.publico.pt/local/noticia/novo-robotarium-de-alverca-acumulou-agua-nos-primeiros-dias-por-falhas-na-montagem-1614650>. Acesso em: 23 mar. 2014.

TOSI, Giuseppe. **Filosofia dos Direitos Humanos**. Texto didático utilizado na disciplina Filosofia Política do Programa Integrado de Doutorado em Filosofia das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte durante o semestre letivo 2012.1. João Pessoa, 2012. [s/d].

VASCONCELOS, Yure. **Qual o maior zoológico do mundo?** Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/qual-e-o-maior-zoologico-do-mundo>. Acesso em: 11 fev. 2014.

VOISENET, Jacques. *Bêtes et hommes dans le monde médiéval. Le bestiaire des clercs du Ve au XIIe siècle*. Turnhout: Brepols, 2000.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico (1764)**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/filosofico.html>. Acesso em: 11 jan. 2012.

WORLD ASSOCIATION OF ZOOS AND AQUARIUMS (WAZA). *Official site*. Disponível em: <http://www.waza.org/en/site/home>. Acesso em: 27 fev. 2014.

ZAHER, Hussam; YOUNG, Paulo S. As coleções zoológicas brasileiras: panorama e desafios. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 24-26, jul.-set. 2003.

ZOOLOGICAL SOCIETY OF LONDON (ZSL). *Official site*. Disponível em: <http://www.zsl.org/>. Acesso em: 11 fev. 2014.

ZOOLÓGICO DE LISBOA. **Cemitério de Animais de Estimação**. Disponível em: <http://www.zoo.pt/site/ozoo.php?contentid=45>. Acesso em: 11 fev. 2014.

**A tour of the Practical Philosophy and History of Science
about the constitution of zoos as leisure spaces and scientific musealization**

Abstract

This article deals with the establishment of zoos as scientific museums, using as a methodological resource a journey through the field of Practical Philosophy and History of Science. Presents the origin and evolution of the relationship between man and animals, under cultural, ethical, political dimensions and animal rights, describing the history of the formation of zoos in a worldwide perspective. Of the first zoos in antiquity to contemporary zoos, understanding and practice of zoos and science museums are determined through recognition of zoos as privileged spaces of power and education throughout history. At present, there is the dimension of the zoological conservationist allied to the use of the development of science and technology towards the popularization of knowledge derived these spaces as spaces of (in)formation and leisure. Concludes that the cultural, ethical and political dimensions and current animal rights implications require new ways and discussions in the face of actions related to zoos and their new conceptions in the XXI century as well as zoos animals, inclusive of possibilities for human, artificial and alien life.

Keywords: zoo; science museum; practical philosophy; history of science.

Artigo recebido em 18/04/2014. Aceito para publicação em 17/07/2015.